vando um entendimento comum do setor para a OMC, a Alca e o Mercosul. O coordenador do Fórum é Gilman Viana Rodrigues, vice-presidente de Assuntos Internacionais da CNA, tendo Antonio Donizeti Beraldo como secretário executivo.

Essa iniciativa surge com largas possibilidades de pleno êxito. Trata-se de um instante especialmente estratégico para extrair as informações básicas necessárias à formulação de um plano de alta sinergia envolvendo o conjunto do agribusiness. É um esforço para evitar dispersão de energia em enfoques isolados e sem resultados para o futuro. À liderança de Antonio Ernesto De Salvo, Dajandir D'al Pasquale e Roberto Rodrigues, respectivamente presidente da CNA, OCB e Abag, devem ser atribuídos grandes méritos pela solidificação dessa união. Como diz o bordão popular: "Duas cabeças pensam melhor do que uma".

Resultado de uma série de reuniões com as cadeias produtivas do agribusiness, o Fórum compilou para cada uma delas os principais problemas e propostas de ação em itens que estão sendo postos para análise e discussão da sociedade. A idéia é dar os próximos passos através da Câmara de Exportação (Camex), com envolvimento paralelo do Congresso Nacional via Frente Parlamentar da Agricultura.

O intrincado mundo da agricultura

Quando o tema é agricultura a participação do governo é imprescindível, ainda que se aplique o conceito mais extremado do regime de livre mercado. O Fórum terá de manter vivo um canal permanente de entendimento entre o Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores, cujos diplomatas estarão negociando na OMC.

A relação vitelina da produção primária com a segurança alimentar das populações e o controle do meio ambiente dá a ela um toque emblemático. Apesar dos diferentes estágios de desenvolvimento econômico das nações, nenhuma delas ousa administrar o setor ao sabor natural das leis da oferta e da procura. Para muitos isso não passa de um fetiche inconcebível para o final do século. Mas as autoridades oficiais dos quatro cantos do mundo ainda resistem em abandonar mecanismos artificiais de defesa nos mercados agropecuários.

Com a participação dos governos estaduais, está sendo programada uma série de eventos para os próximos meses, com o objetivo de esclarecer melhor o assunto. O dia-a-dia mundial das negociações da OMC oferece um desafio de dimensão nacional. Ficará cada vez mais comum nas conversas a terminologia ligada a caixa azul, caixa amarela, caixa verde, *dumping*, cláusula de paz, *set a side*, tarificações e barreiras não tarifárias entre outras.

AGROANALYSIS engrossará essa empreitada, trazendo também aos seus leitores informações preciosas. Por ora resta aguardar a abrangência, o escopo e cronograma da Rodada do Milênio, que serão definidos em Seattle. **(L. A. P. e R. A.)**

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

Brasil: comércio exterior

US$ milhões

Setor/produtos	*Exportação*	*Importação*
Frutas	300	2.300
Suco de laranja	1.260	
Café	2.600	
Açúcar	1.900	
Lácteos		510
Complexo soja	4.700	
Frangos	740	
Suínos	150	
Fumos/cigarros	1.550	
Peles/couros	740	
Bovinos	600	
Total	14. 540	2.810

Fonte: CNA – Departamento de Comércio Exterior.

Rodada do Milênio III

Telhado de vidro

Sem alternativas no enxugamento do excedente interno, os EUA transferem produtos a qualquer custo para o exterior, mesmo que muitas vezes subsidiados

O argumento guarda-chuva segundo o qual a tarifa não agrícola média é de 4%, ao passo que a tarifa agrícola média não passa de 4%, constitui o pretexto-mor dos EUA para se posicionarem agressivamente em prol da liberalização do comércio agrícola. Esperar outro comportamento significa alimentar ilusões irrealistas. Essa conduta aliás já foi explicitada no primeiro semestre deste ano, quando de maneira inusitada os norte-americanos conseguiram duas vitórias acachapantes contra a UE: uma na chamada guerra das bananas e outra no caso das carnes com hormônios.

Desproporções do mercado

O embaixador Peter Scher é o responsável pelas negociações bilaterais e multilaterais da agricultura dos EUA. Ele lidera equipes no desenvolvimento de acordos comerciais junto a UE, Canadá, México, Japão, China e Taiwan. Contra o Brasil reclama das barreiras sanitárias impostas contra sementes, trigo, frutas, vegetais e carne de frango e contesta a implementação da lei de patentes.

O agribusiness dos EUA fatura a cada exercício mais do dobro do PIB

EUA: evolução da renda

US$ bilhões

Item	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
Faturamento					
Agricultura (a)	101,00	106,20	111,10	102,20	96,90
Pecuária	87,10	93,00	96,50	94,50	93,70
Total	188,10	199,10	207,60	196,80	190,60
Pagamentos governamentais	7,30	7,30	7,50	12,20	16,60
Outras rendas (b)	10,50	11,00	12,40	13,90	14,00
Renda bruta (c)	205,90	217,40	227,50	222,90	221,20
Despesas (d)	153,20	159,90	169,90	167,80	167,50
Renda líquida	52,70	57,50	58,60	54,90	53,70

[a] Inclui crédito rural; [b]aluguel de máquinas, renda de serviços etc; [c]exclui depreciação;
[d] Exclui despesas domiciliares.

Fonte: Usda.

Números da agricultura dos EUA

Censo de 1997

Distribuição por faturamento			*Distribuição por tamanho*		
Valor - US$ 1.000	*Propriedades*	*%*	*Área – hectares*	*Propriedades*	*%*
Até 10	962.966	50,36	Até 49,9	740.038	38,71
Entre 10 e 49,9	444.745	23,26	Entre 50 e 129,9	295.033	15,43
Entre 50 e 99,9	158.160	8,27	Entre 130 e 249,9	462.463	24,19
Entre 100 e 249,9	189.417	9,90	Entre 250 e 499,5	238.245	12,46
Entre 250 e 499,9	87.777	4,59	Entre 500 e 999,9	101.468	5,31
Acima de 500	68.794	3,62	Acima de 1.000	74.612	3,90
Total	1.911.859	100,00	Total	1.911.859	100,00

Fonte: Usda.

brasileiro, com um *lobby* poderoso no plano interno e no externo. Na formação da renda de seus agricultores, quase um terço vem da exportação, a maior do mundo. Os dólares internalizados multiplicam a renda doméstica ao longo de toda a cadeia produtiva. Logo, os interesses montados em torno do comércio internacional são dos mais complexos e intensos.

Nem tudo porém é azul no horizonte da agricultura norte-americana. Na maior entidade nacional representativa dos produtores, a American Bureau Federation, sediada em Illinois, o descontentamento é crescente. A organização fecha o cerco sobre os políticos, sob a alegação de que a queda nos preços agrícolas açambarca um largo leque de produtos – grãos, gado, frutas e vegetais – há mais de três anos. E, para engrossar o caldo, traça uma perspectiva sombria: não há sinais de reversão dessa tendência nos próximos 12 a 18 meses.

O Farm Act em jogo

A grita bate à porta da Casa Branca e incomoda o presidente Bill Clinton, que passa a manifestar-se publicamente sobre o problema. Em 25 de junho último anunciou que a economia rural do país enfrentava grandes problemas e que precisava de medidas de apoio. Dois meses depois, em agosto, novamente voltou ao assunto em tom mais radical, afirmando: "Vamos lutar contra isso; o projeto de lei agrícola de 1996 simplesmente não é suficiente para ajudar nossos agricultores num momento de preços baixos das *commodities* agrícolas".

O Partido Republicano reage na Comissão de Agricultura no Senado e parte em defesa do Farm Act de 1996 armando uma série de explicações. Alega que, sob o amparo dessa lei, os subsídios a alguns produtos foram reduzidos enquanto os agricultores ganharam mais flexibilidade para plantio. Sem contar com a liberação projetada para o setor de US$12,2 e US$16,6 bilhões, respectivamente, em 1999 e 2000.

O Senado aprovou em 4 de agosto último uma ajuda emergencial de US$7,4 bilhões. Esses recursos se somam com os US$5,9 bilhões aprovados pelo Congresso em 1998, devido às adversidades climáticas e à depressão dos preços internos, ante o encolhimento das exportações. Cerca de três quartos do dinheiro serão liberados em espécie. O secretário da Agricultura Dan Glickman declarou que a "a agricultura não está acompanhando o ciclo de crescimento observado em outros setores da economia".

Mecanismos de apoio

Para o ano 2000, mais generosidades são previstas. O subcomitê do Senado aprovou para o Departamento de Agricultura (Usda) um orçamento de US$61,7 bilhões, levemente acima do deste ano, de US$61,677 bilhões. Os maiores gastos serão os bônus para alimentação, que consumirão US$ 21,56 bilhões. Para o Export Enhancement Program (EEP), o programa de exportação, foram mantidos tanto o montante de subsídios (US$550 milhões) como as verbas para a concessão de garantias de crédito (US$5,5 bilhões).

Na verdade, o governo norte-americano vem apoiando alguns mecanismos de suporte da política agrícola. Um deles é o retorno do subsídio de exportação de algodão, da ordem de US$701 milhões, suspenso em dezembro de 1998. Trata-se de um programa que ajuda a reduzir os preços do produto para dar-lhe mais competitividade no exterior. A idéia é prorrogá-lo até o final de 2002, quando se encerra o Farm Act de 1996, dotando-o de verbas no valor de US$429 milhões.

Espera-se dessa maneira uma ativação nas vendas externas da malvácea, que entre janeiro e setembro de 1999 caíram mais de 40% em relação ao mesmo período do ano passado.

Outro caso interessante é a *loan rate*: só os sojicultores receberam

US$3,9 bilhões em 1998, como parte da diferença entre o preço mínimo (US$205/t) e o preço de mercado (US$179/t). Essa proteção à oleaginosa estimula artificialmente a expansão da sua área no país, mesmo com os preços baixos vigentes. Daí nada espantar o fato de a produção ter sido recorde neste ano. Como resultado vem a geração de maiores excedentes, esfriando ainda mais as cotações e prejudicando as outras nações concorrentes na comercialização do produto.

Sem efeito

Pode soar inacreditável para muitos, mas o sistema de política agrícola dos EUA, iniciado nos anos da Depressão para ajudar os agricultores a sobreviver, perdeu sua eficácia. Os dias de glória fazem parte do passado e são nítidos os vestígios de desgaste nesta década. É um motor que consome cada vez mais combustível em quantidade e valor para tocar o ciclo indesejável da superprodução, da derrubada de preços e do comprometimento da renda do produtor. E, sem alternativas no enxugamento do excedente interno, transfere os produtos a qualquer custo para o exterior, mesmo que muitas vezes subsidiados.

As críticas correm soltas na forte União Nacional dos Agricultores, que reúne 300 mil fazendeiros, na Associação Nacional dos Produtores e no Fundo de Defesa do Meio Ambiente entre outras entidades ligadas ao setor. Um dos aspectos mais perversos apontados contra a agricultura norte-americana é a concentração dos benefícios de suas políticas, já que o custo é bancado pelos contribuintes. O número de propriedades é hoje um terço da quantidade existente nos anos 50. Nos últimos 40 anos houve uma redução de 75% nas fazendas com faturamento abaixo de US$250 mil. E assim por diante.

Nesse processo se assiste à expansão da agricultura industrializada que cria seus *lobbies* de interesses na construção das políticas públicas para a produção primária dos EUA. A atividade produtiva vive rápida reconversão. Em vez de alimento humano, agora um terço do trigo, três quartos do milho e quase toda a soja são empregados na ração animal. A busca de escala e menor custo alimenta a montagem de grandes operações de processamento nas agroindústrias e espreme as margens nas matérias-primas. Uma competição que não respeita fronteiras. (**L. A. P.** e **R. A.**)

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

EUA: repercussão das agroexportações

Cada dólar exportado gera US$1,28 no mercado interno. A receita de US$57,2 bilhões nas exportações alavancou US$75 bilhões no mercado interno.

Distribuição dos recursos alavancados:

- agricultura propriamente dita: US$16,6 bilhões;
- processamento: US$6,2 bilhões;
- transporte e comércio: US$16,2 bilhões;
- manufatura: US$16,2 bilhões;
- serviços diversos: US$23,6 bilhões.

Rodada do Milênio IV

De olho no subsídio

O conceito de agricultura multifuncional ajuda a pavimentar a trilha para o consenso entre duas grandes rodadas da Organização Mundial de Comércio

Desde o princípio, em 1962, a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia (UE) foi arredia às mudanças. Uma das exceções aconteceu em 1984, quando alterou-se o regime de cotas na produção de leite. Não obstante, muitos detalhes e questões complexas foram paulatinamente surgindo ao longo do tempo. A despeito de todo os ganhos em conteúdo e forma contudo, a prioridade nunca deixou de ser a gerência de duas frentes antagônicas: uma, para manter o orçamento sob controle; a outra, para proporcionar garantia de preços remuneradores diante dos custos crescentes de produção.

Nessa emulação, o processo manteve o modelo básico de sustentar a produção e garantir renda aos agricultores à medida que crescia o número de países sob o guarda-chuva da PAC: no começo eram seis países membros, que passaram a nove em 1973 e hoje são 15. Em decorrência, os gastos invariavelmente cresciam. Isso, é claro, não passava despercebido e foi um foco de perene preocupação para os gestores da Comunidade Econômica Européia – CEE –, antiga denominação da UE.

A mudança eficaz

Um relatório submetido à apreciação da Comissão Européia (CE) em 1981 alertava para o custo da PAC, que inchava mais ra-